

## Máquinas de guerra x práticas catitas: inspirações barretianas nos estudos da subjetivação

### War Machines X polite's practical: Barreto's inspirations in the studies of the subjectivation

**Regina Maria Santos Dias**

Universidade Gama Filho e Centro Universitário Celso Lisboa

#### RESUMO:

As transformações urbanas operadas no corpo da cidade, os modos de objetivação engendrados nas práticas científicas e a literatura militante de Lima Barreto são as conexões delineadas por este trabalho quando decide investigar o panorama do Rio de Janeiro nos anos iniciais da modernização republicana. Tal via de pesquisa implica a utilização de recursos transdisciplinares na travessia de diferentes discursos, o que resulta na formulação de uma cartografia do romancista muito diferente das identidades já dadas por historiadores e pelas análises literárias mais conhecidas. Assumir esse percurso exige imbuir-se do pensamento da diferença, tanto nas interrogações foucaultianas da história quanto nas problematizações deleuzianas frente à arte literária, considerando que ambas as perspectivas convergem para a construção de um pensamento que se dedica a interrogar os modos de subjetivação – objetivo central deste trabalho. Captar as experimentações estéticas de Lima Barreto incita este trabalho a nuançar as saborosas ousadias do escritor. Assim, tateando suas linhas, pretende-se explorar a potência do texto barretiano em diagnosticar as agruras de uma conturbada sociabilidade, além de destacar a maneira como ele operava uma analítica das práticas sócio-discursivas-modernizantes importadas por setores da elite e implementadas pelas camadas dirigentes na cidade de feições marcadamente coloniais. Deve-se ressaltar que os escritos do romancista/cronista/contista... devem ser entendidos como uma região de acontecimentos a reverberar sentidos em uma literatura militante – máquina de guerra literária barretiana. Desse modo, as iluminações que a obra-vida de Lima Barreto suscita tornam também possível interrogar a maneira clássica de operar a noção de subjetividade, descortinando um possível para o pensamento em psicologia.

**Palavras-chave:** modos de subjetivação; Lima Barreto; perspectivismo

#### ABSTRACT:

The operated urban transformations in the body of the city, the ways of objetivition produced in the practical scientificists and the militant literature of Lima Barreto are the connections delineated for this work when it decides to investigate the panorama of Rio de Janeiro in the initial years of the republican modernization. Such research way implies the use of resources transdisciplinares in the passage of different speeches, what it results more in the formularization of a cartography's writer identities very different of already given by historians and the known literary analyses. To assume this passage demands to get itself of the thought of the difference, as much in the foucault's interrogations of history how much in the deleuze's problematization in front to the literary art, considering that both perspectives converge to the construction of a thought that if dedicates to interrogate the subjectivation ways, central objective of this work. To catch the aesthetic experimentations of Lima Barreto stirs up this work to emphasize the flavorful courage of the writer. Thus, feeling its lines, it is intended to explore the power of the Lima's text in diagnosing the problems of disturbed sociability, besides detaching the practical way as it operated an analytical one of the partner-dialoging-modernizing imported by sectors of the elite and implemented by the leading layers in the city of strong colonial feitures. It must be standed out that the writings of the novelist/chronicler... must be understood as a region of events to reverberate sensible in a militant literature as a Barreto's machine of literary war. In this way, the illuminations that the workmanship-life of Lima Barreto excites also becomes possible to interrogate the classic way to operate the subjectivity notion, disclosing a possible one for the thought in psychology.

**Key words:** ways of subjectivation; Lima Barreto; perspectivism

#### Introdução

As transformações urbanas operadas no corpo da cidade e as diferentes formas literárias em ação nos anos iniciais da modernização republicana são as conexões delineadas por este trabalho ao estudar o acontecimento Lima Barreto. Torna-se portanto imprescindível inventariar

algumas linhas que tecem os anos iniciais da República, de modo que seja possível forjar um plano de consistência para as tematizações que transversalizam modernização, arte e subjetivação.

Tal construção implica acolher os escritos do romancista/contista/cronista como uma região em que se cruzam bloqueios e ultrapassagens realizados pelo artista, frente aos discursos e práticas normativas em vigência na cidade e nos meandros da erudição-literata. O mesmo caminho permite que sejam interrogadas certas leituras da obra barretiana que, invariavelmente, resultam por definir um contorno para a obra e uma identidade para o escritor.

Captar as experimentações estéticas em Lima Barreto incita este trabalho a nuançar as saborosas ousadias do romancista e, igualmente, a percorrer o caminho semelhante ao seu modo de existir, qual seja, orientado pelas errâncias. Justifica-se, desse modo, o entendimento da obra como uma *máquina de guerra* em combate com as *práticas catitas* – políticas, econômicas, militares, científicas, literárias –, em suas modelizações subjetivantes por entre os anos da *Belle Époque* Tropical.

A obra-vida de Lima Barreto permite também interrogar a maneira clássica de operar a noção de subjetividade, adotando para tal o exercício genealógico-cartográfico pertinente ao entendimento dos processos de subjetivação, descortinando desse modo um possível ao pensamento em Psicologia.

### **Implicações: as práticas de uma outra história**

Uma história cuja narrativa visa a extrair novas determinações de uma realidade inúmeras vezes percorrida faz-se a partir do material

disponível e da maneira particular em que a inclinação do pesquisador venha a se efetuar.

Como esclarece Margareth Rago, a trama que vai se definindo pelo estudo de determinados eventos se realiza não apenas pelos procedimentos teórico-metodológicos, mas, sobretudo, através de “um olhar, dentre vários outros possíveis, marcado por nossa atualidade, vale dizer, por nossa inserção cultural e social, enfim, por nossa própria subjetividade” (RAGO, 2001: 10).

Também Paul Veyne (1982), em seus estudos foucaultianos, indica que “as coisas só existem por relação e a determinação dessa relação é sua própria explicação”. O entendimento genealógico sustenta então a inexistência de um objeto em si, bem como a impossibilidade de se fazer qualquer consideração identitária e transcendente aos termos da relação. Nesse sentido, afirma-se uma concepção da história enquanto campo de forças a operar caminhos, criar destinos e alterar naturezas. Significa também poder acatar os eventos descontínuos, efeitos não programados e, nessa via, considerar que os pretensos objetos não teriam o estatuto de origem, isto é, não seriam prévios às práticas que o produziram. Em um outro estudo, Paul Veyne define que:

*... a história é um conjunto de acontecimentos onde cada um é determinado, mas dos quais apenas alguns são objetos de ciência, e cujo todo é um caos...(...). Nessa rede de interações que é a história, o motor estará em todas as partes onde queiramos localizá-lo. Ora, como consequência de uma categoria de causas não ter o privilégio de ser um primeiro motor, ela pode sempre, ao sabor das circunstâncias, ser posta em xeque por outros fatores que se revelam mais potentes nessa ou naquela conjuntura; é aí que aparece a idéia de variável estratégica. (...) Não existe motor da história, mas somente variáveis estratégicas que não são as mesmas de uma conjuntura a outra; a história, a que fazemos e a que escrevemos, não é*

*então negócio de ciência, mas de prudência* (VEYNE, 1976: 65-68)

Como adverte Michel Foucault em *O Sujeito e o Poder*, estudar os fatos históricos conhecidos por todos e considerado por muitos como banais “é descobrir – ou tentar descobrir – que problema específico e talvez original a eles se relaciona” (FOUCAULT, 1995:233).

Seguir o rastro dessa metodologia historiográfica implica, neste estudo, analisar as racionalidades em ação no bojo da modernização da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX e as formas que lhe prestaram oposição, no intuito de encontrar as produções de subjetividade que aí se engendraram. Torna-se necessário, inicialmente, apresentar certos enunciados que dão visibilidade aos embates classicamente estudados e, especificamente, inventariar no texto barretiano algumas linhas que tornem possível um plano de coerência para outras cartografias pertinentes ao período.

Deve-se advertir que os escritos do romancista não são recolhidos como documentos que refletiriam o passado de uma cidade convulsionada pelo processo de modernização. Diferentemente, a escrita barretiana é acolhida como uma região em que se opera uma analítica transversal nas forças em ação naquele campo social. Tal entendimento indica que as pistas oferecidas pelo escritor compõem um conjunto de matizes que permitem nuançar sentidos inaugurais no agenciamento cidade-literatura, ao mesmo tempo em que se apresenta um outro em Lima Barreto.

### **A modernização não pede passagem**

A modernização da cidade do Rio de Janeiro se define por inúmeras forças em ação na realidade nacional e na conjuntura mais ampla das

transformações mundiais. Segundo o historiador Nicolau Sevcenko, o excedente de produção gerado pela Revolução Científico-Tecnológica provocou uma ‘grande depressão’ no sistema produtivo dos grandes centros. Emergir desse processo só seria possível pelo “reequilíbrio entre produção e consumo, [permitindo] então um desafio e a expansão dos negócios na Europa e nos Estados Unidos, ensejando um clima geral de otimismo (...) no crescimento econômico” (SEVCENKO, 1998: 34). Vender bens de consumo industrializados e exportar mão de obra excedente corresponde ao que se denominou, nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, *Belle Époque*.

No clima tropical dos paradoxos se desenvolvia, na mesma época, uma forma republicana movida por mecanismos e interesses ligados à expansão da lavoura, atraindo investimentos do capital internacional e “captando técnicos e mão de obra de imigrantes para esse setor” (SEVCENKO, 1993) – conforme já vinha ocorrendo desde o final do Império. Assim, o mencionado entusiasmo das potências do Norte repercutiria nas elites brasileiras, sequiosas por verem suas expectativas de modernização assemelhadas aos padrões das grandes metrópoles, o que correspondia também no plano econômico ao clássico atrelamento à ordem internacionalizada do capital.

No entender do historiador José Murilo de Carvalho (1998), o fragmentado quadro republicano composto pelas elites agrárias, pelos círculos militares, os empresários e a vanguarda positivista discordavam não apenas quanto aos métodos mas, sobretudo, pelo entendimento diferenciado das idéias que sopravam das sociedades européias no final do século XIX. As muitas divergências conservadoras e liberais se materializavam na herança de velhas questões e no surgimento de novos problemas, panorama

que se estenderia dos primeiros anos republicanos aos novos tempos da modernização, conforme assinala Sevcenko:

*Muito cedo ficou evidente para esses novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos. O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifóide, impaludismo, varíola e febre amarela, endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidava os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles (SEVCENKO, 1995: 28).*

O clima da ‘Regeneração’ que se abateria sobre a cidade traria, contudo, a desestabilização de certas práticas estabelecidas e a contrariedade a consolidados interesses. Tal momento corresponde, igualmente, a uma grande oportunidade para os argentários, que ansiavam por ser favorecidos com os lucros rápidos advindos de um projeto modernizador. Diante de tantas modificações oriundas do mundo industrializado e em meio ao galopante acirramento da divisão do espaço social, a camada dominante também hesitava. Dentre alguns efeitos de uma pesada carga histórica, freqüentemente ela se perguntava: o que significava ser brasileiro “naquela sociedade cosmopolita e provinciana, moderna e antiquada, liberal e oligárquica (...): com determinações racionais, com base em esquemas sérios ou repertório cognitivos tradicionais? (SALIBA, 1998: 297). A elite

nacional resolveria o impasse assumindo o viés conservador: investindo nela mesma.

A conjuntura que enreda o governo de Rodrigues Alves exige urgentes providências na capital, só possíveis de serem concretizadas com o estabelecimento de ampla liberdade administrativa e total apoio político. Pereira Passos, engenheiro de larga experiência e administrador consagrado, é indicado ao cargo de Prefeito com total soberania, sendo para isso suspensas as prerrogativas constitucionais do Legislativo Municipal. Nessa via, um conjunto de medidas saneadoras capitaneadas por Oswaldo Cruz – cientista renomado e também indicado pelo governo – tornaram-se exequíveis, mesmo não correspondendo aos anseios imediatos e às carências básicas da população. Em fevereiro de 1904, iniciam-se as reformas da cidade, efetuando-se as demolições que desabrigariam um considerável contingente populacional, até então aglomerado nas casas de cômodos e cortiços espalhados pelo centro do Rio de Janeiro.

O que esses desdobramentos evidenciam é que se a industrialização tardou a se realizar, o mesmo não ocorreu com a urbanização, executada e justificada tecnicamente. Em sintonia aos interesses do capital, os confrontos eram dissimulados e traduzidos em questão “de gostos ou padrões arquitetônicos, [além da] manipulação de certas oposições ideológicas chaves, tais como prédios estéticos e higiênicos X edificações de mau gosto e repugnantes; cidade moderna e civilizada X cidade colonial e rotineira” (BENCHIMOL, 1990: 245).

A desordem urbana e a diversidade social presentes naquele contexto formavam, aos olhos da elite, um realidade que se apresentava como um forte entrave às modificações pretendidas. Considerada como difícil de extinguir e impossível de integrar, a massa empobrecida condicionava um

aumento de tensão na cidade, cada vez mais enfeixada por interesses díspares, que se avolumavam velozmente. As estratégias de urbanização então iniciadas não traduziam apenas o desprezo pela presença do povo na região central da cidade. Mais do que isso, o que precisava ser varrido do centro do Rio era a estética das classes populares; ou seja, era preciso imprimir a desqualificação do seu modo de viver, a discriminação de seus saberes, desprestigiar o gosto de seus costumes, bem como banir outros signos considerados representantes da desordem e da ociosidade. Lima Barreto, em peculiar ironia, destacava as novas coordenadas estetizantes do viver na capital, bem como os símbolos de prestígio que passavam a assumir “a civilização, a honestidade, a consideração, a beleza e o saber (...), além de tudo a majestade e o domínio” (IC, 1998: 45-46) (grifos meus).

O passado colonial, monarquista e escravista que se queria abandonar exigia que fosse fortalecida a crença em um conjunto de medidas higiênicas, capazes de tornar possível a formação de uma “boa sociedade”, civilizada, moderna e que correspondesse ao corpo saudável da burguesia – o novo corpo da cidade. No entanto, a grande maioria dos habitantes do Rio de Janeiro, naquele mesmo período, se compunha de homens liberados da lavoura, negros, “imigrantes, trabalhadores de ocasião, profissionais sem qualificação” (MENEZES, 1996), que, ao exercerem as tradicionais atividades ocupacionais na cidade colonial, passavam a não mais se apresentar como incorporáveis aos parâmetros que estavam a reger a nova organização laborativa e social da capital.

A tirania saneadora implementada pela nova administração sobrecarregaria, principalmente, a população oriunda do tráfico de escravos. Esta, condenada desde a entrada do médico no interior da casa da família colonial (COSTA, 1980), ganhava contornos ainda mais discricionários com

o advento da ordem republicana, em clara continuidade ao projeto de desqualificação e invisibilização do negro na sociedade brasileira – assunto que Lima Barreto conhecia muito de perto.

No cerne desse panorama encontravam-se de um modo geral os pobres que, em função de seus sistemas de vida, moradia e saúde, viram-se transformados em “classes perigosas”<sup>1</sup>: ameaçadoras das leis, da saúde geral e dos bons costumes, inquietando as elites comprometidas com o projeto modernizador da sociedade higiênica que então ganhava corpo.

Sidnei Chalhoub, em um estudo sobre a cidade nesse período, assinala dois pontos relevantes quando se trata de compreender a maneira como a camada dirigente se relacionava com a diversidade urbana. O primeiro ponto diz respeito à associação entre pobreza e a idéia de perigo como seu correlato natural; já o segundo se refere:

*...ao surgimento da idéia de que uma cidade pode ser apenas “administrada”, isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos: trata-se da crença de que haveria uma racionalidade que não tem nada a ver com as desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas (CHALHOUB, 1990: 4).*

Detalhar a eleição de soluções diferenciadas para cada segmento da sociedade e a destinação de procedimentos arbitrários às populações indesejadas tornava a arte barretiana inconveniente a todo o projeto da Primeira República. Lima Barreto, em seus textos, problematizava as questões sociais no tempo de sua emergência, sobretudo quando visibilizava a miséria (nascente e/ou perpetuada) conectada à racionalidade que comparecia em sua produção.

Em um outro patamar de prioridades localizavam-se as propostas saneadoras e a lógica da higiene. Embalados no ideário da “Ordem” e do “Progresso”, as transformações republicanas se materializavam em um bloco de dizeres e fazeres comprometidos com a científica planificação da sociedade – como se esta fosse unificada nos anseios. O que importava às elites era traçar e implementar um projeto de limpeza capaz de transformar a cidade periférica e pestilenta em aprazível, segura e saudável, ou seja: uma resposta definitiva ao mundo civilizado (Paris) e avançado economicamente (Inglaterra).

Assim, a urbanização que compreendia a reforma e o saneamento do centro do Rio era inseparável de outro aspecto primordial na construção da face moderna da cidade: a higienização das populações. Carro chefe da nova sociedade, os procedimentos higiênicos orientavam-se via “moralização do pobre” pelo trabalho e reordenação dos usos do espaço social, alterando costumes, ocupações e a gerência dos aspectos vitais daquela gente. O modelo de cidade posto em ação obrigou a que um grande contingente de ambulantes, mendigos, malandros, vadios, pobres de um modo geral, fosse deslocado física e subjetivamente em processos que desestruturaram ainda mais as condições de vida e os modos de exercer a sociabilidade. Entre outras medidas corretivas, a inclusão disciplinar deu curso à execução de um projeto laboratorial autoritário que, aliado a outros descontentamentos, resultou no episódio que passou à história denominado “A Revolta da Vacina”.

Lima Barreto vivia a cidade como uma região de ocorrências e captava as forças que formulavam acordos e outras que se encontravam em vivo antagonismo. Entre outros propósitos literários, sua manifestação artística visava a dar visibilidade aos descasos que pairavam sobre toda a

gente do país: os pobres da cidade e do campo; os trabalhadores e os sem trabalho; os desvalidos da sorte e os miseráveis a sobrar, a apanhar; e, principalmente aqueles que estavam a lutar pelas ruas do Rio de Janeiro:

*Uma força passava, era vaiada; se carregava sobre o povo, este dispersava-se, fragmentava-se, pulverizava-se, ficando um ou outro a receber lambadas num canto ou num portal fechado. O Largo de S. Francisco era mesmo uma praça de guerra. Por detrás da Escola Politécnica, havia uma força e os toques da ordenança sucediam-se conforme as regras e preceitos militares. Parei. Um oficial a cavalo percorria a praça, intimando o povo a retirar-se. Obedeci e, antes de entrar na rua do Ouvidor, a cavalaria, com os grandes sabres reluzindo ao sol, varria o largo com estúpido. Os curiosos encostavam-se às portas das casas fechadas, mas aí mesmo os soldados iam surrá-los com vontade e sem pena. Era o motim (IC, 1998: 201).*

### **Beleza e Limpeza: cidade e literatura na *Belle Époque* Tropical**

O conjunto de enunciados que encorpavam a modernização propagava-se em círculos específicos e alargava-se a partir de alianças entre especialistas influentes e os meandros da literatura. Engenheiros, juristas e, principalmente, os médicos aproximaram-se das nobres formas literárias, no sentido de dar curso às propostas saneadoras para a cidade, higienizantes e moralizantes junto à população. Esse processo fez-se amplamente presente nos anos 20 e 30, e alguns estudiosos designam os agentes sociais deste período como ‘artistas do operatório’, considerando que eles buscam “os ‘remédios’ para os ‘males’ do país, capazes de ‘curar’ um organismo social doente” (HERSCHMANN e PEREIRA, 1994: 64).

Contudo, a aproximação ciência e literatura estava em ação desde o início da Primeira República, alterando as antigas formas de discriminação

para um racismo amparado em experimentos e medidas irrefutáveis, tal como preconizados nos importados discursos cientificistas do século XIX.

Lima Barreto não estava alheio às decisões estetizantes que os novos interesses impunham. O escritor, em seu texto, desterritorializa “ a modernização nos trópicos ” na sua paradoxal profusão/confusão de sentidos e anuncia, com certo ar de espanto, que está tudo mudado com a abolição e a república, ou seja: “de uns tempos para cá, parece que [toda a] gente está doida...” (IC, 1998: 54).

O que caracterizava o pensamento do romancista, em oposição a outras concepções da época, era exatamente esse ideário de “moderno” enquanto modelo redutor e redentor de tudo o que existe: a República redentora do atraso; a Ciência redentora das epidemias; a Regeneração redentora da cidade e a Literatura redentora da cultura.

Ele desconfiava principalmente da concepção de ciência salvadora, pautada na hegemonia dos vários modos de existência e na soberania dos procedimentos técnico-normativos, o que fazia redundar, invariavelmente, na conservação hierárquica das peculiaridades étnico-culturais presentes na sociedade.

Em sua artilosa habilidade de interrogar mundos tenuamente visíveis, Lima Barreto já advertia quanto a alguns dos perigos da nova ‘religião’ que, entre outras prédicas, sentenciava a existência de raças superiores e inferiores, ao mesmo tempo que destilava a idéia de que “as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais”. Em prosseguimento a este provocante argumento, continua o escritor: “tudo isso se diz **em nome da ciência** e a coberto da autoridade de sábios alemães.(...) Não contentes com isso, **buscam outros**

**dados, os psíquicos**, nas narrações dos viajantes apressados...” (DI, 1956: 110- 111) (grifos meus).

Das premissas que compunham a *missão civilizadora* inerente às práticas importadas da modernização – o urbanismo científico, a crença no progresso e a construção de uma opinião pública esclarecida e participativa –, uma delas, decididamente, não foi assumida pelas elites. A partir da validação científica, utilizada para confirmar os discursos de que a cidade tinha uma população atrasada, inferior e desqualificada, estava sendo decretada, ou melhor, ratificada, a não participação popular no seu próprio destino e nos rumos políticos do país:

*... Fazia-se mister generalizar os procedimentos disciplinares para os espaços públicos e privados, diferenciando-os mediante a oposição à dinâmica difusa que os mesclava, e que favorecia a convivência entre segmentos e interesses sociais muito distintos mesmo nas áreas mais centrais da capital. Compreende-se, pois, a prioridade concedida ao combate institucional às habitações populares, consideradas como os principais focos de dispersão das epidemias pela cidade, e havia muito tempo condenadas à extirpação pelos médicos higienistas, ansiosos por curar as cidades de suas “patologias” sanitárias, sociais e espaciais (MARINS, 1998: 140-141).*

Em nome do interesse público, os desejos da elite acoplavam-se à máquina institucional, fazendo funcionar o tripé beleza, limpeza e saúde. Tal prática, insensível ao acirramento das mazelas sociais, foi popularmente batizada como o nome de “bota-abaixo”. Portanto, uma remodelação que viria a piorar as condições de habitação da cidade e a agudizar ainda mais as condições de saúde e higiene da população. Dessa maneira, o povo foi integrado na modernização tropical em uma palavra: disciplinar. Outras

alterações institucionais foram compondo a urbanização/higienização implantada:

*Nesse período seriam reformadas, modernizadas e ampliadas as instalações presidiárias, penitenciárias, os manicômios e hospitais públicos. São grades que se somam às dos parques e jardins urbanos, e que se destinam ao mesmo fim: conter, isolar, segregar. Não foi a velha cidade que desapareceu; foi uma outra, totalmente nova que foi imposta no meio dela; cidade de prazeres, luxo e abundância, composta de palácios refinados, recobertos de verniz, mármore e cristal, cujo acesso era vedado aos membros da comunidade primitiva. A Regeneração significou um processo tétrico de segregação, inculcado num prazo curtíssimo, de elevado custo social, humano, econômico, e intransigente em todos os seus aspectos. Seus responsáveis foram aumentando numa escala crescente a dose de opressão e humilhação infligida à população desamparada, como que a testar os limites de sua resistência (SEVCENKO, 1993: 65-67).*

Entre alguns acordos e grandes desencontros políticos – incentivados principalmente por incitações moralistas positivistas –, as facções militares encontram-se à beira de um golpe, estimuladas por uma imprensa que fomenta a chama do descontentamento em retórica liberal. Assim, o povo diz não à República e à Regeneração, impondo ‘A Revolta da Vacina’ (CARVALHO, 1998).

Na estética barretiana, o tema receberia o seguinte colorido:

*As vociferações da minha gazeta tinham produzido o necessário resultado. Aquele repetir diário em longos artigos solenes de que o governo era desonesto e desejava oprimir o povo, que aquele projeto visava enriquecer um sindicato de fabricantes de calçado, que atentava contra a liberdade individual, que se devia correr a chicote tais administradores, tinha-se encrostado nos espíritos e a irritação alastrava com a violência de uma epidemia. Durante três dias a agitação manteve-se. Iluminação quase não havia. Na rua do Ouvidor armavam-se barricadas, cobria-se o pavimento de rolhas para impedir as cargas de cavalaria. As forças eram recebidas a bala e respondiam. Plínio Gravata, com*

*quem há muito não me encontrava, veio a morrer num desses combates. Da sacada do jornal, eu pude ver os amotinados. Havia a poeira de garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, ajuntavam as balas, unidos pela mesma irritação e pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam o seu inimigo natural e outros, o Estado... (IC, 1998: 201)*

As práticas normatizantes que se desenrolaram nas duas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro, se alternavam de acordo com a parcela da população às quais se destinavam. Assim, em todos os campos da sociabilidade investidos pela higiene, a intervenção variava em relação aos habitantes que se pretendia educar. Para as elites e as camadas médias, as resoluções científicas operavam por ressonância nos livros, revistas, escolas e em esclarecimentos levados pelos médicos à casa pequeno-burguesa e burguesa (RAGO, 1987); quando diziam respeito ao povo, as iniciativas científicas eram invariavelmente amparadas, e não raras vezes viabilizadas, pela polícia.

Em um estudo sobre as relações entre o povo e a polícia no início do período republicano, Marcos Bretas (1997) discorre sobre as proposições da máquina pública e sua operatividade junto aos segmentos populares. Esta se faz presente impondo prerrogativas sanitárias, educativas, jurídicas – ou todas elas ao mesmo tempo –, variando sua execução em função da contenção necessária, isto é, do grau de descontentamento em curso ou do desvio que se pretendia recuperar. A condução desse projeto civilizador é correlato à construção da concepção de nação harmoniosa, bastando, ao povo, se encaixar em parâmetros genuinamente alheios ao seu



entendimento. A burguesia nacional delira uma população “catita” e faz da polícia a via de sua realização.

Embora os tempos fossem de renovação, os métodos nem sempre exigiam sofisticação, principalmente em relação aos desvalidos – eram “casos” de polícia. Na verve barretiana, a concepção policial do perigo a combater se tecia de forma ampla, ou seja: os “russos, polacos, romaicos são para ela forçosamente caftens; todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados” (CV, 1956: 151-152).

Contudo, quando os populares requisitavam melhorias de trabalho e alterações no custo de vida, as inspirações liberais européias eram relativizadas, principalmente aquelas que acentuavam os direitos do cidadão – entidade mal definida em cenas brasileiras. Não havendo mais terras e brasões a proteger, urge defender a sociedade de tão argutos grupos rivais e, desse modo, regular a desordem e garantir o domínio privativo da elite, incluindo-se aí os interesses patrimoniais, o reduto eleitoral e os cargos públicos.

Tais direcionamentos se conectavam com outras medidas governamentais, de modo que a pretendida transmutação da cidade colonial se realizava sem alterar os privilégios da aristocracia decadente e, sobretudo, sem ferir os interesses administrativos da formação republicana. Assim, no embate das novas verdades – econômicas, científicas, políticas –, entram em cena relações sociais atualizadas ao modo próprio da *Belle Époque* Tropical.

### **Uma literatura menor: incompatibilidades com o sentido missionário da história**

A modernização imposta à cidade assemelhava-se a um muro que incitava Lima Barreto a arremessar os sentidos que, liberados nas ruas,

brotavam em sua escrita – afecções pulsantes que se desprendiam do panorama violento dos primeiros anos republicanos. A evidência de uma cidade duramente atacada desafiava o romancista ao exercício de uma arte capaz de encarar de frente a cartografia social em curso, recorrendo à sátira, ao romance cáustico e, muitas vezes, à provocação política como expressão maldita diante da solução republicana que se queria construir impunemente.

Entre as muitas atividades realizadas por Lima Barreto, pode-se elencar o estímulo consciencioso aos jovens escritores, o acompanhamento criterioso dedicado às criações artísticas de um modo geral, além das rigorosas análises pertinentes ao novo panorama sócio-cultural da cidade – tudo registrado em peculiar entusiasmo. No rastro dessa produção, o escritor explicitava quais eram as práticas que teciam a feição burguesa do período, dedicando atenção especial às formas literárias estabelecidas. Segundo o romancista, essas eram capazes de garantir notoriedade a quem delas se aproximasse, pois, além de conferir a garbosa titulação de literato, ainda pavimentava o “caminho para arranjar empregos rendosos ou lugares na representação nacional” (IL, 1956: 261).

Lima Barreto também se inquietava com os procedimentos arbitrários que demoliam a paisagem da cidade ao sabor dos interesses econômicos:

*Nota-se que em geral as grandes cidades, especialmente as européias, não têm um fundo de cordilheira como a nossa. Ora, se as grandes cidades não têm tal disposição natural e se o Rio quer ser das grandes à européia, deve arrasar as montanhas. Não há prejuízo algum com isso. A desvantagem única seria a supressão do Corcovado, montanha internacional e muito procurada pelos estrangeiros. Em substituição, pode-se erguer uma torre semelhante à Eiffel, em Paris. Até será muito melhor, pois ficará o Rio muito parecido com a capital da França. O*

*aterro, proveniente do desmonte dos morros, servirá para alterar a baía, um incômodo, sepulcro de crimes e cuja beleza, no juízo dos políticos, é uma vazia banalidade. Para o comércio ficará uma doca; e lá para as bandas da Mauá um lagozinho destinado aos poetas (DI, 1956: 119).*

O que se verifica nesse autor é uma literatura de ação que tem, nas letras e na cidade, os cruzamentos em que se opera o seu combate preferencial. Outros desacordos também compareciam em sua escrita, principalmente os que se definiam a partir de certas “ordens naturais”, aptas a justificar o caótico panorama social da capital. Nesse cenário sua família encontrava-se incluída, vivendo dissabores desde a intromissão republicana no destino profissional e pessoal do pai do escritor – João Henriques Lima Barreto (BARBOSA, 2002). O rebaixamento econômico e a perseguição política repercutiriam diretamente no cotidiano da família, provocando desdobramentos tais como a morte da mãe, os transtornos familiares-financeiros e a posterior loucura paterna. Lima Barreto se viu obrigado a desistir do curso na Politécnica, assumindo um emprego compulsório que lhe subtraía as energias e as horas anteriormente dedicadas à literatura. Os conturbados episódios que figuraram na infância, potencializados pelos constrangimentos a nutrir de indignação os anos da inconformada juventude, constituíam um panorama que não permitia a Lima Barreto negligenciar aqueles que, como ele, re-existiam, exercitando estratégias de vida pelas ruas do Rio:

*A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital Argentina tem longas ruas retas; a capital Argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro; num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase*

*três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos (VU, 1956: 83).*

Em seu transitar incansável pela cidade, o escritor acolhe em seu corpo de impressões um conjunto de arbitrariedades, expressando, na variedade dos gêneros literários, intensidades em variação no tecido social. Contudo, os posicionamentos tão claramente contrários à nova ordem político-econômico-científico-administrativa não permitem concluir que a literatura barretiana possa ser identificada por um sentido “missionário”, conforme lhe atribui Sevecenko (1995), comparando, por esses aspectos, Lima Barreto a outros autores do mesmo período:

*Espoliados que foram, como réprobos, pelas elites vitoriosas, aferram-se ao seu último recurso, fazendo da literatura instrumento e fim da sua ação, tolhidos mesmo pelos seus reduzidos limites. É nela por isso, na literatura, que deixarão o registro de sua missão, cumprida a despeito de todas as contrariedades (SEVCENKO, 1995: 128) (grifo meu).*

De maneira diferenciada, Lima Barreto somava, porém não se integrava, àqueles que questionavam a recalcitrante República, principalmente por sabê-la tramada por monarquistas de véspera. Embora muitos escritores interrogassem os tempos republicanos, ao lado de outras temáticas vigentes naquele período, não é lícito definir que o romancista estivesse sujeito às mesmas impressões dos contemporâneos e identificado com seus pares – alguns formados em conjuntura anterior e diversa do escritor. Lima Barreto localizava-se no *dissenso*, e não em conflito com a reordenação republicana e a lógica da modernização – sentido e valor que atravessa a sua modalidade narrativa.

O que torna singular a obra de Lima Barreto é exatamente a convicção de que sua escrita não tinha que ter utilidade para aquela República e, por esse e muitos outros motivos, ele enaltecia a humanidade e a solidariedade, além de entender que a literatura deveria “deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros (...) para tentar **reformular certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos...**” (HS, 1990: 15) (grifos meus).

O que se pode realçar em Lima Barreto é que ele não perfilava com os esperançosos, do mesmo modo que não é possível reconhecer em seus escritos uma feição “instrumental”, ou mesmo designar sua obra como “utilitária”. De outra maneira, a referida literatura é aqui entendida enquanto constituição de um plano de composição em que a cidade é acolhida como intercessora<sup>2</sup> nos destinos da escrita militante do autor, em um estilo no qual emerge a sociedade fragmentada e a esfera coletiva aviltada. O texto barretiano, analisado na perspectiva deste trabalho, apresenta-se mais próximo da estratégia belicosa-crítico-criativa da gente do povo do que propriamente dotado de um caráter ‘missionário’ diante de uma *República de Bruzundangas*. Aliás, o autor tinha como propósito declarado estudar seus “usos e costumes”, tarefa que não comportava parcialidades e aligeiramento; por isso ele dizia: **“tenho que ir até ao fim”** (Bz, 1956: 68) (grifos meus).

Portanto, não haveria um sentido “missionário” na trajetória literária do romancista. Diferentemente, Lima Barreto denunciava as elites, essas sim missionárias de uma ordem liberalizante-democrática nos enunciados e autoritário-salvacionista nas decisões regeneradoras, realizando de modo arbitrário a reorganização da urbe, a moralização da vida pública e a normalização da sociedade.

Como se verifica, as preocupações priorizadas pelo romancista dificilmente poderiam permitir agrupá-lo entre os literatos habilitados a receber a denominação de “escritores-cidadãos”, ou seja, escritores interessados em desenvolver “uma dupla ação tutelar: sobre o Estado e sobre a Nação” (SEVCENKO, 1995: 232).

Muito menos poderia Lima Barreto ser identificado entre os “mosqueteiros intelectuais” (idem: 78), grupo de literatos que reconhecidamente bebiam no espírito progressista e cientificista da época e que, de certa forma, reverenciavam a vida européia, mesmo quando discorriam sobre a responsabilidade do país com o atraso da gente pobre da cidade ou do campo – constatações que mais contribuíam para lembrar o cenário turvo da “frágil identidade nacional”.

A inclusão da população nas conquistas materiais e culturais e a ampliação da participação política das camadas mais pauperizadas não constavam do cardápio das transformações adotadas pela República, o que levava o romancista a afirmar que: **“todo o mal está no capitalismo, na insensibilidade moral da burguesia, na sua ganância sem freio** de espécie alguma” (Bg, 1956: 162-163) (grifos meus).

A inadequação dos interesses populares se torna flagrante na cidade concebida pelo olhar europeu e programada para a utilização da burguesia. Assim, se novos modos de subjetivação ganhavam força no panorama da capital, evidentemente outros eram desqualificados frente ao modelo que agora se impunha – a partir das práticas saneadoras, dos discursos cientificistas e dos catecismos literários. Encetar guerrilhas frente às estéticas que se queriam dominantes é o que permite considerar a literatura militante de Lima Barreto como uma *máquina de guerra* a cruzar as ordens que se queriam incontestes na cidade e nas letras.

É nesse interminável combate que se forja uma *literatura menor*, cuja potência consiste em se reterritorializar na desterritorialização de uma época, ao mesmo tempo que efetua uma cartografia da *Belle Époque Tropical*. Contrário às práticas de invisibilização da gente comum, o romancista agudizava cada vez mais, na vida e em seus escritos, a necessidade de nuançar os traços do povo, além de detalhar paisagens e meandros em que os costumes populares se confirmavam, se teciam e, em alguns casos, se viam perseguidos. Em outras produções, Lima Barreto se interessava por apresentar transformações impostas pelo gosto burguês – o que muitas vezes o impelia a criar personagens extasiados, alguns desatinados e aturdidos frente ao mundo que lhes escapava aos pés. De um modo geral, essas duas feições se imiscuem, afirmando uma literatura repleta de tipos incomuns, talhados meticulosamente com os sabores do cotidiano e as resistências de sua gente. A precisão advinda dessa vivência, aliada à verve insubmissa, incitava o romancista a pilheriar com a categoria militar, a criticar a Igreja Católica, a desacatar as regras da edibilidade, além da implacável provocação à pomposa literatura dominante.

Lima Barreto jamais poderia lograr destaque no panteão dos escritores da época, pois assumia, deliberadamente, rupturas nas linhas políticas do reconhecimento – exatamente no seio daqueles que decidiam a recepção e a legitimação da obra de arte. Diga-se de passagem, nesse período uma obra era valorizada por alguns sinais reconhecidos pela crítica literária, e não pelo quadro de leitores que efetivamente era capaz de suscitar. No entanto, a cidade lia Lima Barreto. Assim, o romancista afirmava uma expressão literária menor, cujos traços vão “desenvolvendo-se periféricamente, num puro meio de exterioridade, em função de

singularidades não universalizáveis, de circunstâncias não interiorizáveis” (DELEUZE, 1997: 48).

Os simulacros<sup>3</sup> que Lima Barreto fazia questão de realçar em sua obra, a partir de personagens ambíguos como Lucrécio, ingênuos como Albernaz, aviltados como Clara dos Anjos, entristecidos como Adélia, sofridos como Vicente Mascarenhas, solidários como Ricardo Coração dos Outros, intensos como Policarpo Quaresma, aturdidos como Isaías Caminha, bucólicos como Gonzaga de Sá, deslumbrados como Cló, questionadores como Olga, dentre outros, incluindo O [perspicaz] Homem que Sabia Javanês, além da paradoxal convivência entre a benzedeira Sinhá Chica e o Dr. Campos, portavam elementos de “re-existência” frente aos modos de subjetivação dominantes na pretendida “cidade cartão-postal”.

Gilles Deleuze (1997) formula, em breves palavras, em que consiste uma literatura menor, essa fronteira de criação, ou ainda, essa potência de fabular:

*se é verdade que esse contra-pensamento dá testemunho de uma solidão absoluta, é uma solidão extremamente povoada, como o próprio deserto, uma solidão que já se enlaça a um povo por vir, que invoca e espera esse povo, que só existe graças a ele, mesmo se ele ainda falta... ‘Falta-nos essa última força, por carecermos de um povo que nos porte. Buscamos essa sustentação popular...’ Todo pensamento é já uma tribo, o contrário de um Estado. E uma tal forma de exterioridade para o pensamento não é em absoluto simétrica à forma de interioridade (DELEUZE, 1997:46).*

O posicionamento ético e a clareza política de Lima Barreto conduziam-no a contrapor-se aos procedimentos sanitários e pedagogizantes difundidos em nome de uma salvação temporal e praticados por uma racionalidade vertical, interessada em adaptar um povo de muitas histórias a

uma unidade forjada pela ciência e pelos governantes. Tal aspecto é destacado na análise de Carmem Lúcia Figueiredo, quando se dedica a estudar o texto do *Isaías Caminha*. Segundo ela, o romancista, ao retratar com precisão uma parada militar, entre outros detalhes, estabelece uma narrativa que enfatiza personagens e paisagens a partir dos deslocamentos “entre o sentido da palavra, dos símbolos patrióticos, e os anseios do homem comum (...)”. Assim, continua a pesquisadora, “o discurso nacionalista anuncia integração e humanidade para (...) manter a fragmentação, [e] a diferença... (FIGUEIREDO, 1998: 167). Desse modo, diante da frágil unidade imanente à desencontrada milícia, a escrita contundente de Lima Barreto não poderia deixar de sublinhar o delírio nacionalista e a pinçar, de uma tela nada pasteurizada, a profunda disparidade social, econômica e política, que muitos preferiam anular:

*O ruído de uma fanfarra militar, enchendo a rua, veio agitar a multidão que passava. As janelas povoaram-se e os grupos arrimaram-se às paredes e às portas das lojas. São os fuzileiros, disse alguém que ouvi. O batalhão começou a passar: na frente os pequenos garotos; depois a música estrugindo a todo o pulmão um dobrado canalha. Logo em seguida o Comandante, mal disfarçando o azedume que lhe causava aquela inocente exibição militar. Veio por fim o batalhão. Os oficiais muito cheios de si, arrogantes, apurando a sua elegância militar; e as praças bambas, moles e trôpegas arrastando o passo sem amor, sem convicção, indiferentemente, passivamente, tendo as carabinas mortíferas com as baionetas caladas, sobre os ombros, como um instrumento de castigo. Os oficiais pareceram-me de um país e as praças de outro. Era como se fosse um batalhão de sipaios ou de atiradores senegaleses.*

*Era talvez a primeira vez que eu via a força armada de meu país. Dela, só tinha então vagas notícias. Uma, quando encontrei, num portal de uma venda, semi-embriagado, vestido escandalosamente de uma maneira hibridamente civil e militar, um velho soldado; a outra, quando vi a viúva do General Bernardes receber na Coletoria um conto e tanto de pensões a*

*vários títulos, que lhe deixara o marido, um plácido general que envelhecera em várias comissões pacíficas e bem retribuídas... O batalhão passou de todo; e até a própria bandeira que passara, me deixou perfeitamente indiferente... (IC, 1998: 46-47) (grifos meus).*

Modo de existir e escrever distanciados das formas de ‘bom tom’ e dos grupos formais de resistência. Uma arte militante que insiste em rasurar toda a modelização possível, tanto na dissidência estética – um escritor que recusa o bom acabamento de seus livros – quanto na dissidência societária – um desalinhado da boemia em litígio com a ordem e os valores dominantes. Muitas vezes os embates que sobram da vida ressurgem em seu texto em momentos de contundente desacordo, o que leva renomados comentadores a assumir parâmetros que fazem corresponder “ressentimento e literatura” (BARBOSA, 2000: 120), resultando em negligenciar o sentido ético-estético-político da obra-vida de Lima Barreto.

Segundo Deleuze (1997), “não se escreve com as próprias neuroses”, pois a literatura é um empreendimento de saúde. Contudo, o escritor geralmente “goza de uma frágil saúde (...) que provém do fato de ter visto e ouvido coisas demasiado grandes (...) dando-lhe contudo devires que uma gorda saúde dominante tornaria impossíveis” (idem:13-14). Pensar os modos de subjetivação na perspectiva genealógico-cartográfica (RODRIGUES, 2002) propicia tecer um outro entendimento do agenciamento cidade-literatura na obra-vida barretiana. Tal agenciamento constitui-se em uma superfície de inscrições, capaz de provocar reverberações em uma escrita que se tece como uma máquina de guerra frente às práticas catitas em curso na *Belle Époque Tropical*.

Lima Barreto, a vida como (d)obra de arte.

**Referências Bibliográficas**

- BARBOSA, F. A. *A Vida de Lima Barreto*. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- BARRETO, A. H. L. *Bagatelas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Diário Íntimo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Histórias e Sonhos*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Impressões de Leitura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. *O Cemitério dos Vivos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Os Brunsundangas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Vida Urbana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BENCHIMOL, J. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- BRETAS, M. L. *A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- CARVALHO, J. M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CHALHOUB, S. “Classes perigosas”. Em *Trabalhadores, classes perigosas*. Campinas/Niterói: Unicamp/ UFF, N° 6, 1990.
- COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DELEUZE, G. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FIGUEIREDO, C. L. N. *Trincheiras de Sonho: ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

- FOUCAULT, M. “O Sujeito e o Poder”. Em DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: Uma trajetória Filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. A. (orgs.). *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MARINS, P. C. G. “Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade no surgimento das metrópolis brasileiras” Em NOVAIS, F. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MENEZES, L. M. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- RAGO, M. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. “A História Repensada com Ousadia”. Em JENKINS, K. *A História Repensada*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- RODRIGUES, H.B.C. *No Rastro dos “Cavalos do Diabo” – Memória e História para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil*. Tese de Doutorado – IP/USP, 2002.
- SALIBA, E.T. “A Dimensão Cômica da Vida Privada na República”. Em NOVAIS, F. (org.). *História da Vida Privada no Brasil* Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVECENKO, N. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_. “O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. Em NOVAIS, F. (org.). *História da Vida Privada no Brasil* Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VEYNE, P. “A história conceitual”. Em LE GOFF, J.; NORA, P., (orgs.) *História: novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Como se escreve a História*. Brasília: UnB, 1982.

**Abreviações utilizadas para as obras de Lima Barreto:**

Bg – *Bagatelas*

DI – *Diário Íntimo*

HS – *Histórias e Sonhos*

IL – *Impressões de Leitura*

CV – *O Cemitério dos vivos*

Bz – *Os Bruzundangas*

IC – *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*

VU – *Vida Urbana*

Regina Maria Santos Dias é Professora da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário Celso Lisboa.  
E-mail: [reginamsd@superig.com.br](mailto:reginamsd@superig.com.br)

---

<sup>1</sup> A expressão classes perigosas parece ter surgido na primeira metade do século XIX em estudos sobre grupos sociais formados à margem da sociedade civil, ou mesmo sobre aqueles indivíduos que teriam escolhido uma determinada estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei. Ver Chalhoub, 1990.

<sup>2</sup> A função dos intercessores consta de um tipo de aliança que provoca distanciamentos frente a uma ordem, de modo que, dessa fabulação, algo novo possa surgir.

<sup>3</sup> Contrariando a definição platônica de simulacro, Deleuze formula um plano em que a potência de falsificação se imponha, recolocando em cena a heterogeneidade, a processualidade e os devires.